DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 6707/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/14609/2014
PROTOCOLO	: 1557278
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: TANIA MARA GARIB – SECRETÁRIA ESTADUAL
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO 21798/13
RELATOR (A)	: RONALDO CHADID

Examina-se o Convênio nº 21798/13 celebrado pelo *Governo do Estado de Mato Grosso do Sul*, através da *Secretaria Estadual do Trabalho e da Assistência Socia,l* e a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaquiraí*, no valor de R$ 32.396,32 (trinta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos), visando à aquisição de um veículo para atender usuários da APAE do Município de Itaquiraí/MS.

Através do Ofício nº 3141/14 o Ordenador da Despesa e Superintendente de Administração e Finanças, Sr. Álvaro Cardoso de Ávila, encaminha a esta Corte a prestação de contas do Convênio em tela (f. 91).

Em análise técnica a equipe da 5ª ICE aprecia a documentação acostada e concluiu que a execução do Convênio atendeu aos regramentos legais, em especial o Decreto nº 11.261/03, a Resolução SEFAZ nº 2093/07 e a lei 8.666/93, além de estar de acordo com as orientações contidas no Anexo I, Capítulo III, Seção I da Instrução Normativa nº 35/11 (ANA nº 3873/15 – f. 186).

O Ministério Público de Contas, por sua vez, posicionou-se no sentido de declarar a prestação de contas do Convênio 21798/13 como CONTAS REGULARES, nos termos do Parecer nº 11817/15 de f. 191.

É o relatório.

Antes de adentrar à análise de mérito dos aspectos relativos à regularidade do convênio, cumpre estabelecer que, consoante à disposição do artigo

13, II, "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013, em razão do valor total atribuído ao mesmo – R$ 32.396,32 (trinta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos) – e o valor da UFERMS (R$18,24) na data da assinatura de seu termo de formalização (17/12/2013) – passo a decidir monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator nos temos do Regimento Interno.

Passo a expor as razões da decisão.

Conforme a documentação apresentada, o Convênio celebrado pelo *Governo do Estado de Mato Grosso do Sul*, através da *Secretaria Estadual do Trabalho e da Assistência Social* (Concedente) e a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaquiraí* (Convenente) guarda consonância com a legislação que rege a matéria, em especial o Decreto n.11.261/03, a Resolução SEFAZ nº 2093/07 e a Lei de Licitações (nº 8666/93) e com respaldado nas informações técnicas, verifico que a execução financeira do Convênio 21798/13 ocorreu da seguinte maneira:

RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA		
VALOR DO CONVÊNIO 21798/13	-	R$ 32.396,32
VALOR DO REPASSE	-	R$ 20.000,00
RECURSOS DE CONTRAPARTIDA	-	R$ 12.396,32
RECURSOS PRÓPRIOS	-	R$ 2.763,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	-	R$ 534,73
TOTAL DE RECURSOS	-	R$ 35.694,05
PRESTAÇÃO DE CONTAS	-	R$ 35.496,01
SALDO	-	R$ 198,04
DEVOLUÇÃO (com rendimentos - f. 54,75/77)	-	R$ 230,76

Restou comprovado que o Convênio 21798/13 – publicado no Diário Oficial nº 8580 de 19/12/13 (f. 98) - foi celebrado e executado em atendimento à legislação pertinente, sendo que a documentação apresentada a esta Corte observou as orientações do Anexo I, Capítulo III, Seção I da Instrução Normativa nº 35/11, inclusive quanto ao prazo de encaminhamento, previsto no item 3.1.

Verifico, ademais, que à f. 49 a 51 foram anexadas fotos que comprovam o recebimento do objeto da contratação.

É a decisão.

Dessa forma, acolhendo as considerações levadas a efeito pelo Ministério Público de Contas e a análise da equipe técnica, com base no artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/13, **DECIDO** pelo julgamento da prestação de contas do Convênio nº 21798/13 celebrado pelo *Governo do Estado de Mato Grosso do Sul*, através da *Secretaria Estadual do Trabalho e da Assistência Social* e a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Itaquiraí* como CONTAS REGULARES, realizada de acordo com o Decreto 11.261/03, a Resolução SEFAZ 2093/07 e a Lei de Licitações (Lei Nacional nº 8.666/93).

Publique-se.

Campo Grande, 21 de setembro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB